

MULHERES NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: ABANDONO, RETORNO E PERMANÊNCIA

ANDRÉA ANDRADE OLIVEIRA PRADO¹
LEANDRO SANTOS PRADO²

RESUMO

O presente trabalho se propõe a investigar o percurso educacional de alunas que estudam na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) em duas escolas da rede estadual em áreas rurais de Vitória da Conquista na Bahia. Uma educação de qualidade ainda é inacessível para significativa parcela da população, e em se tratando das muitas mulheres que não conseguiram seguir o percurso educacional de forma regular e precisam da EJA, essa dificuldade se intensifica pelo fato de serem mulheres. Discriminação, subalternização, violência simbólica e/ou física estão presentes em seus cotidianos. Por meio de pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas entrevistamos vinte e três alunas, com o objetivo de analisar suas trajetórias na educação com ênfase no abandono, retorno e permanência. Ao final entendemos que a presença feminina na EJA precisa ser percebida, valorizada, respeitada, pois só assim os desafios da escolarização das mulheres de todas as idades e a subordinação histórica serão impactados por um “futuro criado” por e para essas mulheres.

Palavras-chave: Mulheres. Educação de Jovens e Adultos. Visibilidade.

INTRODUÇÃO

Esse trabalho, ainda em andamento, se propõe a investigar o percurso educacional de alunas que estudam na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) em escolas da rede estadual e municipal localizadas em áreas urbanas e rurais de Vitória da Conquista na Bahia.

Por meio de pesquisa qualitativa com entrevistas semiestruturadas iniciamos o projeto entrevistando vinte e três alunas de duas escolas estaduais, modalidade EJA/Ensino Médio no turno noturno, localizadas em áreas rurais, com o objetivo de analisar suas trajetórias na educação com ênfase no abandono, retorno e permanência. Dentre as indagações, nos interessava saber o porquê abandonaram a escola, o motivo do retorno, as dificuldades e desafios enfrentados para a permanência e se o fato de serem mulheres faz diferença nesse processo.

Segundo Mészáros (2008), a educação formal sempre foi um meio de “internalização” das pessoas sobre seu “lugar” na sociedade capitalista legitimando “a posição que lhes foi

¹ Professora da Educação Básica, Mestra em Letras pela UESB, Licenciada em História pela UESB. deaandrade21@gmail.com.

² Professor da Educação Básica, Mestre em Educação pela UESB, Licenciado em História pela UESB. leandroconquista.1508@gmail.com.

atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas ‘adequadas’ e as formas de conduta ‘certas’” (p.44). E todas as reformas realizadas pelo capitalismo serviram e servem para atender às suas demandas.

Transformar a educação e suas instituições em um canal de mudanças do *status quo* é um desafio que se impõe a todos os povos e nações contemporâneas interessadas em promover a diversidade e a justiça social.

Os sujeitos da EJA são plurais e no interior da educação formal são muitas vezes relegados à invisibilidade, à indiferença, ao improviso pedagógico.

Há um descaso evidente com a EJA, que está atualmente enfrentando diversos desafios e atravessando crises, sendo um dos principais motivos, sem dúvida, o fracasso das políticas públicas e a falta de recursos financeiros disponibilizados – uma situação recorrente na história da EJA (Braga, 2023, p. 704).

Em se tratando das adolescentes e adultas, as mulheres da EJA, alguns problemas se agravam, pois são inviabilizadas em seu gênero e especificidades e carregam consigo vários marcadores sociais (gênero, raça, idade, classe social, localidade, sexualidade entre outros) que servem para que sejam estigmatizadas e sofram preconceitos e diferentes forma de violência, dificultando ou até mesmo impedindo a concretização de seu percurso educacional.

Como afirma Paulo Freire (2000), nós como educadoras e educadores não podemos nos furtar ao debate e a práxis por uma sociedade mais justa. “Lavar as mãos do conflito entre os poderosos e os impotentes significa ficar do lado dos poderosos, não ser neutro. O educador tem o dever de não ser neutro” (Freire, 2000, p.24). Não podemos ignorar os conflitos no contexto da EJA e, sobretudo, ignorar os conflitos e lutas que são particulares das diversas mulheres na Educação de Jovens e Adultos de nossa cidade. Sendo assim, debates como o aqui proposto se fazem cada vez mais necessário.

A CONSTANTE LUTA PELO DIREITO À EDUCAÇÃO

No Brasil Colônia, sob influência das leis portuguesas, o sexo feminino era visto como *imbecilitus sexus* (sexo imbecil) (Louro, 2017, p.442), grupo ao qual ainda pertenciam as crianças e pessoas com transtornos mentais, sendo, portanto, incapazes de assimilar conhecimentos científicos. Assim que às mulheres brasileiras foi permitido acesso à educação formal, esta servia aos interesses da sociedade elitista e patriarcal.

Inicialmente apenas nas aulas de catequese, depois, em escolas privadas, as aulas atendiam exclusivamente às demandas domésticas. Era a educação para o lar. Tendo como

professoras “senhoras que por sua honestidade, prudência e conhecimentos se mostraram dignas de tal ensino, compreendendo também o de coser e bordar” (Louro, 2017, p.443).

Nísia Floresta, educadora, escritora e poetisa brasileira, escreveu em 1853:

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado — emancipação da mulher —, nossa débil voz se levanta na capital do império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? (Floresta apud Louro, 2017, p. 443).

Tal situação perdurou até as primeiras décadas do século XX. E cabe ressaltar que essa educação se restringia às mulheres brancas. Negras, mesmo após a abolição, e indígenas só recebiam algum tipo de instrução quando alguma “boa” instituição religiosa resolvesse fazer caridade.

Apenas na segunda metade do século XX, as mulheres conseguiram reverter o hiato de gênero, no quesito ao acesso, na educação em todos os níveis. Uma conquista que resultou de um esforço histórico do movimento de mulheres, como parte de uma luta mais geral pela igualdade de direitos.

Entretanto, essa luta ainda é árdua para inúmeras mulheres em nosso país. Sobretudo, as mulheres pretas, pardas, indígenas e pobres. Essa é a luta das alunas da EJA do Colégio Estadual do Campo de Educação Integral José Gonçalves, localizado no Distrito de José Gonçalves e do Anexo do Colégio Estadual Abdias Menezes, localizado no bairro Lagoa das Flores, município de Vitória da Conquista.

O colégio de José Gonçalves recebe alunas da sede do distrito e de outras localidades como São Sebastião, Mãe Eliotéria e das comunidades quilombolas Sinzoca, Boqueirão e Lagoa dos Patos.

O Lagoa das Flores, apesar de ser considerado bairro pelo Plano Diretor Urbano do município, situa-se a doze quilômetros de distância do centro da cidade, sendo na prática a sede que atende diversas localidades rurais como o Povoado da Choça, a Estiva e o Periperi, que buscam por exemplo atendimento médico, escolas, mercados com mais diversidade de produtos, entre outros serviços.

Nas entrevistas realizadas com as participantes deste estudo, ouvimos narrativas referentes às suas dificuldades enquanto mulheres para concluírem o percurso educacional. Relataram os inúmeros desafios para conseguirem retornar e permanecer na escola. A grande maioria ficou meses ou anos sem estudar por causa da gravidez, muitas vezes na adolescência, e o cuidado com os filhos. A necessidade de trabalhar, a maioria em subempregos, também

contribuiu para que algumas delas abandonassem a escola antes de completarem seu percurso educacional.

Ao retornarem ao ambiente escolar muitas dúvidas se apresentam: Como então acompanhar novamente os conteúdos após tanto tempo? E com quem deixar os filhos para ir à escola? “Nem sempre tenho com quem deixar meus filhos para vir para a escola” (aluna 1, 18 anos).

Como lidar com a “cara feia” ou violência psicológica dos maridos que dizem a elas que não vão conseguir? “Meu marido não me deixa correr atrás do meu futuro, sempre me coloca ‘para baixo’, fala que não vou conseguir” (aluna 2, 35 anos). Como superar traumas, como violência sexual? “Quando tinha 14 anos fui seguida no caminho para a escola, tentei fugir, não consegui. Fui violentada. Só agora, depois de 15 anos, tive coragem de voltar a estudar” (aluna 3, 29 anos).

A isso soma-se o fato de que por morarem no campo, ficam à mercê do transporte escolar, que nem sempre circula próximo às suas moradias, obrigando-as a percorrer parte da estrada a pé, à noite, correndo riscos que são maiores quando se trata de uma mulher. Nesse transporte o medo das estradas, sem condições de tráfego e a preocupação em não poder ir para a escola caso os carros quebrem ou os motoristas realizem paralisações por falta de pagamento.

Tenho medo de ser violentada e de ser mordida por cobra, pois atravesso um matagal até chegar ao ponto de ônibus (aluna 4, 22 anos).

O ponto onde pegamos o transporte escolar é muito distante de minha casa (aluna 5, 30 anos).

O transporte escolar não é de qualidade, além disso são mais homens que mulheres. Me sinto desconfortável. Para piorar, algumas vezes o motorista está bêbado (aluna 6, 19 anos).

Na escola, gostariam de uma pouco mais de compreensão por parte da equipe gestora e dos docentes. Muitas vezes as particularidades, diversidades e necessidades de cada uma não são levadas em conta. Chegar atrasada por causa dos filhos ou do trabalho, não conseguir fazer atividades extra classe, dificuldades na assimilação de alguns conteúdos, são exemplos de problemas que gostariam que fossem levados em conta. “Nossa rotina diária é pesada. Só muita força de vontade para vir para escola à noite” (aluna 7, 27 anos).

Muitas vezes aprisionados num currículo descontextualizado em que muito se assemelha ao Ensino Regular e carentes de formação específica para lidar com as particularidades dessa modalidade de ensino, nós professoras e professores tentamos e quase sempre fracassamos ao aplicar métodos tradicionais e que não levam em consideração os saberes que essas pessoas carregam consigo. Como afirma Arroyo (2005), a

superação de estruturas e lógicas seletivas, hierárquicas, rígidas, gradeadas e disciplinares de organizar e gerir os direitos ao conhecimento e à cultura é uma das áreas de inovações tidas como inadiáveis. Nesse quadro de revisão institucional dos sistemas escolares, torna-se uma exigência buscar outros parâmetros para reconstruir a história da EJA. Se a organização dos sistemas de educação formal está sendo revista e redefinida a partir de avanços da consciência dos direitos, a Educação de Jovens e Adultos tem de ser avaliada na perspectiva desses avanços (Arroyo, 2005, p. 44).

Esses avanços precisam alcançar as demandas trazidas pelas jovens e adultas que tomadas pela coragem, desejo ou necessidade, retomam seus estudos na perspectiva de transformar e reinventar suas histórias. As alunas de José Gonçalves e Lagoa das Flores acreditam nessa transformação:

Passei por muitos problemas em casa, desde pequena, e hoje reconheço que uma mulher jamais deve desistir dos seus sonhos e nem se intimidar por causa dos homens. Nossa meta é se superar e ser cada vez melhor (aluna 8, 20 anos).

Lutamos por direitos iguais na sociedade [...], estamos fazendo a diferença e conquistando espaços, quebrando protocolos (aluna 9, 34 anos).

A escola, como agência da educação, não pode se furtar ao seu papel de espaço de transformação e emancipação social. Precisa ser o lugar do acolhimento e da provocação. Precisa compartilhar conhecimentos teóricos e valorizar os saberes diversos. Como afirmar Paulo Freire (1992), “não há utopia verdadeira fora da tensão entre a denúncia de um presente tornando-se cada vez mais intolerável e o anúncio de um futuro a ser criado, construído, política, estética e eticamente, por nós, mulheres e homens” (Freire, 1992, p.47).

A presença feminina na EJA precisa ser percebida, valorizada, respeitada, pois só assim os desafios da escolarização das mulheres de todas as idades e a subordinação histórica serão impactados por um “futuro criado” por e para essas mulheres.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma educação de qualidade ainda é inacessível para significativa parcela da população, e em se tratando das muitas mulheres que não conseguiram seguir o percurso educacional de forma regular e precisam da EJA, essa dificuldade se intensifica pelo fato de serem mulheres. Discriminação, subalternização, violência simbólica e/ou física estão presentes em seus cotidianos.

Além disso, enquanto alunas são invisibilizadas em seu gênero, não há políticas públicas que as considerem como as muitas mulheres (negras, brancas, indígenas, camponesas, urbanas, trans) brasileiras que decidiram resistir, apesar das inúmeras barreiras que lhes são impostas na luta por formação humana, autonomia e emancipação.

Faz-se necessário também que a escola seja repensada, tornando-se um espaço planejado para esta parcela significativa de seu alunado, e não se pretende aqui requisitar um tratamento diferenciado, mas sim sensível às mulheres da EJA.

Valorizar o esforço dessas mulheres, dar-lhes visibilidade é um passo significativo para que suas demandas sejam atendidas. Esse nosso trabalho é apenas uma semente, mas entendemos a responsabilidade de continuar o plantio, pois como nos ensina Paulo Freire (2003), “é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática” (Freire, 2003, p. 61).

REFERÊNCIAS

- ARROYO, M.G. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade. In: Soares, Giovanetti, Gomes (ogs). *Diálogos na educação de jovens e adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- BRAGA, M. D. U. É preciso conversar sobre a EJA. Falta de investimentos, esvaziamento e o fracasso das políticas públicas: os desafios que jovens e adultos enfrentam para ter direito à educação no Brasil. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação – REASE*, v. 9, n. 5, p. 694-720, 2023. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/9703>. Acesso em: 20 ago. 2024.
- FREIRE, P. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, P. *Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2000.
- LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: PRIORI, M. D. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2017.
- MÉSZÁROS, I. *A educação para além do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.